

## Mídia, Linguagens e Educação

Pedrinho Guareschi

### 1. A mídia e seu papel educativo

Sempre que nos defrontamos com problemas e dilemas, nosso primeiro movimento é nos perguntarmos como é possível enfrentá-los e, se possível, decifrá-los e superá-los. Esse é o sentimento que experimentamos ao refletir sobre a candente questão da mídia nas sociedades modernas, especificamente quando pensamos na questão da democratização dessa mídia e de seu relacionamento com a educação.

Gostaríamos de deixar claro aos leitores nossa convicção, e esperamos poder fundamentá-la aqui, de que para poder enfrentar e solucionar a questão da falta de democracia e o desrespeito aos direitos dos cidadãos, que estão na base da falta de democracia na comunicação, *o primeiro passo está na educação*. Sem que nos voltemos e nos agarremos a ela, não vemos possibilidade imediata de podermos enfrentar a dominação que a mídia exerce hoje em dia no Brasil e de podermos lutar por uma sociedade livre e democrática. Mas é preciso deixar também nítido de qual educação estamos falando.

Nenhuma sociedade pode prescindir de algum tipo de educação. Não há possibilidade de uma sociedade sobreviver e se reproduzir material e socialmente, sem a existência de instituições, processos, práticas ou mecanismos que estejam ligados direta ou indiretamente, à educação.

Todos os grupos humanos, comunidades, clãs, famílias patriarcais, formações sociais ou sociedades têm, e sempre tiveram, a necessidade vital de se reproduzir para poderem sobreviver. Essa reprodução se processa em duas dimensões inseparáveis, interligadas, que poderiam ser denominadas, por razões didáticas, de dimensão material e dimensão social.



A reprodução material acontece ao se garantir aos membros dessas sociedades as condições básicas de sobrevivência, como o alimento, a moradia, a saúde etc. É através do trabalho e da gestão dos meios de produção que essas necessidades são satisfeitas.

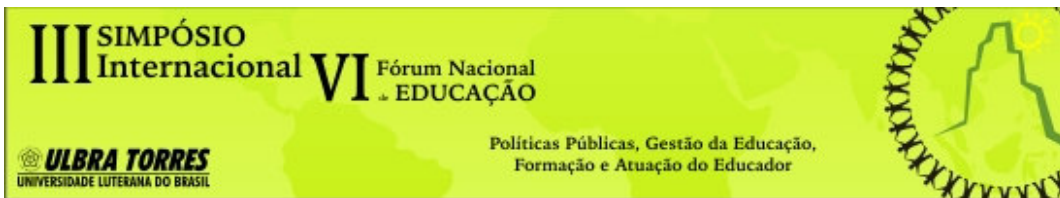
Mas para que essa reprodução material aconteça sem traumas e conflitos, é indispensável a existência de mecanismos, processos, aparelhos, instituições etc. que legitimem, justifiquem, ou mesmo sacralizem e garantam essa reprodução: é o que se costuma chamar de reprodução social.

Pois é nessa instância que se coloca o que se costuma chamar de educação, em seu sentido mais amplo. Essa atividade educativa acontece e se faz presente em todos os momentos e circunstâncias da vida social: na família, nas igrejas, nas empresas, nas instituições sociais e políticas, nos movimentos populares. Todas essas instâncias orientam e ensinam às pessoas a maneira de se comportarem e agirem em suas atividades quotidianas, individuais ou sociais

Quem mais e melhor discutiu essa problemática foi o sociólogo francês Émile Durkheim. Como um dos fundadores da sociologia, ele se debruçou sobre essa questão fundamental: como as sociedades podem se manter e se reproduzir? E a partir daí foi mostrando que, para que as sociedades possam continuar a existir, mantendo a tranqüilidade e a paz, é preciso que se dê muita atenção à maneira como os novos membros são introduzidos no seio dessas sociedades.

É necessária a criação de processos e práticas que façam com que as crianças, os filhos e filhas das famílias que formam uma sociedade, possam ser preparados e treinados para que passem a fazer parte dela sem problemas e conflitos. Pois essa deveria ser a tarefa da educação em geral, e das escolas em especial.

É importante chamar a atenção dos leitores para uma questão fundamental: entre os pressupostos da teoria de Durkheim está o de que todo grupo, toda sociedade, são realidades sociais, são fatos sociais, completos em si mesmos, que se auto-regulam e possuem vida própria. Por isso, *naturalmente*, tendem a se manter em equilíbrio. O estado *natural* dos grupos humanos e das



sociedades é a harmonia e o equilíbrio. Se, por acaso, surgirem conflitos, disfunções, ou qualquer tipo de desarmonia, tais situações são temporárias e acidentais. E isso não só é assim, como *deve* ser assim, caso contrário esses grupos e sociedades irão desaparecer.

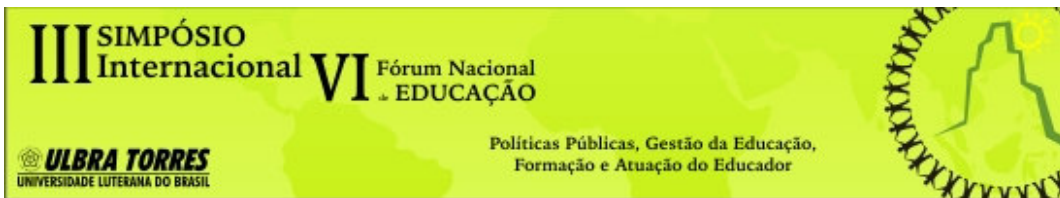
A conseqüência disso é imediata e lógica: é fundamental, então, que as sociedades e grupos humanos, se quiserem continuar a viver, *eduquem*, isto é, *adaptem* os novos membros às normas, leis, tradições, práticas, rituais etc. da sociedade em vigor. A função da educação é, pois, fundamentalmente a de adaptar, de treinar as crianças e os jovens ao tipo de vida em vigor numa determinada sociedade.

A educação deve servir para a reprodução social da sociedade, através da reprodução dos valores, normas, legitimações, ideologias que sustentem essa sociedade do jeito que ela é. Essa reprodução social é condição também para a reprodução material, pois é necessário que os membros de uma sociedade *aceitem* que a reprodução material se dê de determinado modo. Mesmo hoje, subjacente a grande parte das teorias em educação, pode-se identificar esse pressuposto adaptativo e reprodutivo da educação.

Mas, será a adaptação e o ajustamento das pessoas à sociedade vigente a única função da educação? Que tipo de ser humano e que tipo de sociedade estão pressupostos em tal teoria? E mais “venenosamente”: a quem interessaria tal tipo de teoria e de educação?

Entramos agora numa questão central. Qual a tarefa essencial da educação, no nosso ponto de vista? Partimos da afirmação de que a tarefa fundamental e imprescindível da educação é possibilitar a existência de seres humanos conscientes, livres e responsáveis. Consciência, liberdade e responsabilidade se constituem como o tripé da dignidade humana. São eles que distinguem o ser humano de qualquer outro tipo de ser vivo. Eles constituem o ser humano como humana.

Mas isso só é conseguido através da prática de um modelo crítico e libertador, que supõe pessoas singulares, irrepetíveis, únicas. As pessoas não são nem fotocópia nem cópia carbono de outros. Realizam uma tarefa absolutamente diferente no processo de aprendizagem. Elas são “sujeito”, de



seu saber. Elas procuram, investigam, refletem, buscam razões. Vão se “empoderando” e descobrindo, na reflexão e no diálogo, respostas aos problemas. Educar é, então, como diz sua própria etimologia (*e-ducere*), é “tirar de dentro” o que já está ali em potência.

Qual é, então, a tarefa do educador? No primeiro modelo, nem se poderia chamar o educador de *e-ducador*. Ele seria mais um técnico, um especialista em transmitir informações, dados, para as pessoas. Já no modelo dialógico, seu trabalho é bem mais complexo: em vez de dar respostas, sua tarefa é fazer a pergunta. Mas não qualquer pergunta. A pergunta, isto sim, que desestabiliza a pessoa, que problematiza, que a faz refletir, que lhe apresenta as contradições, que a coloca numa situação de inquietação, até mesmo de angústia. Ela, a pessoa mesma, se obriga, então, a agir, a tomar uma atitude.

O educando passa a ser, desse modo, sujeito de seu processo de aprendizado; não é mais um objeto, como se fosse um “banco”, dentro do qual se “enfiam” informações e dados e, conseqüentemente, a tarefa do aluno seria apenas a de “assinar cheques”, retirando o “conhecimento” armazenado nesse “banco”. Bem diferente é o papel do verdadeiro *e-ducador*. Ele é o que “faz a pergunta que liberta”.

O processo educativo deveria ser aquela instância em que as pessoas se perguntam sobre a razão de serem como são, de como foram ou são plasmadas ou moldadas pelas inúmeras instituições - inclusive a mídia - e, num processo de libertação e autonomia, optem e escolham, pela reflexão e diálogo com os outros, o projeto que lhes convém.

E como se daria esse processo na comunicação?

Lembremos, de início, que a própria Constituição Brasileira de 1988 coloca, em seu artigo 221, quando fala dos princípios que devem reger a comunicação, como primeiro princípio de que ela deve ser *educativa*. E uma educação, para que seja autêntica e verdadeira, deve ser a que questiona, a que faz a pergunta, e não a que se restringe a dar respostas.

Na comunicação, um composto de condições objetivas e subjetivas é essencial para ela seja crítica e forneça elementos para que os ouvintes e telespectadores possam interpretar os fatos. Entra aí fatores que conduzem à

compreensão, como a observação do contexto, das entrelinhas, do não-dito, do silêncio. Nem sempre falar coincide com dar a conhecer.

A postura crítica do receptor deve localizar as contradições, os interesses que os que comunicam defendem, a busca da totalidade; o conhecimento é ilimitado, uma vez que há sempre mais para ser descoberto.

Em termos de educação, por conseguinte, é preciso desmistificar a idéia de uma comunicação e educação neutras, técnicas, desenraizadas da própria atividade política. Para Demo (1990),

ingenuidade ou por esperteza. O engajado comete – logicamente – suas barbaridades, mas é pior ainda cometê-las ingenuamente ou espertamente.

(DEMO, 1990 p. 83)

Afinal não ter compromisso significa compromisso e omissão é, também, uma forma de ação. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática inclui, de acordo com Biz e Pedroso (1999):

uma dupla dimensão: a política – que diz respeito à participação nas decisões, e a sócio-econômica – que diz respeito à participação na riqueza gerada pelo trabalho de todos. Se a síntese entre estas duas dimensões não se completar, usufruir do processo democrático será apenas privilégio de poucos.

(BIZ e PEDROSO, 1999, p.18)

Numa sociedade em constante ebulição e mudança, é impossível parar: o educador que se detiver na interpretação dos acontecimentos, está imediatamente superado. E isso é ainda mais importante no que se refere à mídia. Mas não se trata só de saber o que se passa, ou seja, a informação, mas de pensar, refletir, entender, saber analisar aquilo que lhe é repassado. A educação não pode se restringir a preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Na expressão de Milton Santos (1999), uma escola que não forme verdadeiros cidadãos, tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos.

A constatação sobre a necessidade de transformar a comunicação como um processo educativo de libertação, de visão crítica da realidade, está associada à questão da cidadania, entendida não como um estado natural, mas uma conquista e compromisso histórico, com destaque para a participação no processo de decisões que são tomadas na construção de uma nação.

Quando se fala em *participação*, é fundamental distinguir claramente entre ao menos três níveis de participação: no planejamento, na execução e nos resultados. Na maioria das vezes, os trabalhadores e o povo em geral são convidados a participar apenas na execução; na realidade, são eles que fazem tudo. Quanto aos resultados, já se percebe uma nítida discriminação: o Brasil é o vice-campeão mundial em má distribuição de renda. Mas o ponto-chave, crucial, é a participação no planejamento, pois é aí que são tomadas as decisões fundamentais para os outros dois níveis, isto é: no planejamento se decide quem faz o que - execução - e quem fica com o quê - resultados. Cidadania é, pois, participação no planejamento, isto é, no dizer a palavra, expressar a opinião, manifestar o pensamento. E aqui se vê a importância da comunicação para a cidadania (GUARESCHI e BIZ, 2006).

Como vimos, pela Constituição Brasileira, os meios de comunicação têm uma tarefa educativa. Mas que sucede, concretamente? Deixamos a Mino Carta comentar sobre o compromisso dos meios de comunicação. Ele é taxativo:

Compromisso zero. Eles estão convencidos de que o leitor é um imbecil e de que é necessário secundar a imbecilidade do leitor. Então eles tentam obscurecer as consciências, embrutecem as pessoas. Isso é uma tentativa conduzida a ferro e fogo pelo nosso jornalismo, sendo que não se sabe se é cometido este crime por incompetência, ou seja, porque eles não chegam além daquilo, ou porque há um plano deliberado.  
(CARTA, 2002, p.88)

Na análise dessa superabundância de informações que nos chegam, é difícil sobreviver sem uma reflexão contínua e metódica. Sem um contínuo discernimento dos valores, dos interesses, presentes na mídia, acabaremos presos em mil armadilhas, sejam ideológicas, econômicas, políticas,



consumistas etc. A própria medição automática da audiência, para fazer com que permaneçamos nessa audiência, já é um processo ideológico, como comenta Serge Halimi 1998).

Após longos e detalhados comentários sobre a força, a penetração e as artimanhas empregadas pelos meios de comunicação, o lingüista norte-americano Noam Chomsky (1997) conclui:

O que acontece é que a população não sabe o que está acontecendo e nem ao menos sabe que não sabe. Um resultado disso é uma certa alienação em relação às instituições...principalmente em relação à própria mídia.  
(CHOMSKY, 1997 p. 14)

Nesse primeiro ponto tentamos aprofundar a questão da educação, pois é nossa convicção que a solução para a existência de uma mídia que seja democrática e participativa passa pela educação. Não apenas pela educação que se faz nas escolas, mas também a que deve ser feita em todas as instâncias da sociedade.

## 2. Para uma mídia alternativa

Nesse segundo ponto, inspirados ainda no filme *Uma onda no ar*, gostaríamos de acenar para a possibilidade de uma educação alternativa, precisamente no contexto de uma comunicação elitista e autoritária, onde existem apenas alguns donos, como é o caso brasileiro. A comunicação alternativa torna-se uma necessidade urgente.

Percebe-se uma contradição fundamental, uma espécie de *círculo vicioso*, ao se discutir a mídia no Brasil: é que a educação para uma leitura crítica da mídia e para uma educação cidadã e democrática, isto é, de respeito aos direitos das pessoas à informação e à comunicação, não poderá se materializar sem a participação da própria mídia. Por isso a própria Constituição exige que a educação deve ser uma das finalidades preferenciais da comunicação. Quem dentre nossa população sabe, por exemplo, que as rádios têm concessão por 10 anos e as TVs por 15 anos? Qual o meio de comunicação que informa seus ouvintes ou telespectadores o dia, mês e ano de



término de sua concessão? Em investigações feitas com alunos do fim de segundo grau, constatou-se que 95% deles nem sabiam que rádios e TVs têm uma concessão temporária. A pergunta que se coloca é: por que tais situações são absolutamente ignoradas pela população? Uma mídia que propugnasse por uma comunicação democrática não deveria informar e educar para tais realidades? Sendo que vivemos uma concentração escandalosa da mídia nas mãos de algumas famílias, pode-se concluir que é uma tarefa extremamente difícil quebrar o círculo vicioso desses oligopólios.

Ao pensar sobre a possibilidade de quebrar esse *círculo vicioso*, mostra-se logo como importante a necessidade de construir uma outra comunicação que, por menor e pouco influente que seja, já pode se apresentar como um caminho de solução. Dentro do próprio capítulo da educação, é possível realizar tarefas de leitura crítica da comunicação e com isso os ouvintes, leitores telespectadores poderão ir aguçando uma consciência crítica que dê conta de manter uma independência e autonomia diante do bombardeio das mídias. Gostaria de recomendar, para o exercício dessa leitura crítica, o capítulo 4 do livro *Mídia, Educação e Cidadania* (GUARESCHI e BIZ, 2006), onde são oferecidos esquemas bem práticos de análise de jornais e programas de rádio e TV.

A partir do próprio filme a que assistemos, vemos a importância que possuem as rádios comunitárias. Apesar da forte repressão a que estão sujeitas pelos próprios organismos do governo, elas podem sempre abrir brechas para poder dar voz e vez à população.

Abre-se hoje uma porta importantíssima para a mídia alternativa: são as novas tecnologias que permitem a participação de um grande número de pessoas principalmente através da Internet, com a constituição de blogs, páginas, sites de tudo o que é tipo. Essas contradições que as novas tecnologias permitiram são muito bem-vindas e oferecem possibilidades enormes para uma comunicação mais democrática e participativa.

Mas também dentro da própria mídia institucional que se pode, com alguma criatividade e coragem, intervir para ocupar espaços e fazer com que a comunicação do povo aconteça. É preciso aí inventar maneiras de pautar acontecimentos e mesmo exigir que questões importantes referentes ao bem



público das comunidades ocupem espaço na mídia e possam assim ser discutidas por todos.

Mas a questão da comunicação alternativa vai mais além. A comunicação é um direito humano, um direito de todos poder dizer sua palavra, expressar sua opinião, manifestar seu pensamento. É uma questão ética. Quando se fala em ética, fala-se em “direitos”. Como vimos acima, ética é justiça. E justiça vem de “jus”, que em latim é “direito”. Deve-se frisar que entre os direitos humanos, há dois direitos que são totalmente ignorados pela maioria da população. Pesquisas por nós realizadas mostraram que 97% de estudantes de fim de segundo grau desconhecem tais direitos, que são o “direito à informação”, isto é, de ser bem informado e buscar a informação em qualquer lugar possível, sem restrição nenhuma; e o “direito à comunicação”, que é bem mais amplo, que consiste no direito de manifestar o pensamento, expressar a opinião, dizer sua palavra, “sob qualquer forma”. É importante frisar essa parte, “sob qualquer forma”, pois pode-se muito facilmente restringir tal direito a apenas a uma manifestação “individual”, não incluindo a manifestação através da mídia, que é um serviço público exatamente com essa finalidade.

Numa mídia privatizada como a que existe entre nós, onde as pessoas nem sequer sabem que não podem existir “donos” de uma mídia eletrônica, fica evidente que esses direitos à informação e à comunicação não são respeitados.

Nosso querido Betinho, o sociólogo Herbert de Souza, que costumava repetir, em toda situação possível: “O termômetro que mede a democracia numa sociedade, é o termômetro que mede a participação das pessoas na comunicação”. Fica evidente, pelo que foi dito acima, que não há participação das pessoas em nossa sociedade e com isso a democracia é ferida.

3.O papel do intelectual orgânico da comunicação na tarefa de uma educação libertadora.

Nesse último ponto. Muito brevemente, é importante enfatizar, ainda inspirados e mobilizados pelo filme *Uma onda no ar*, o papel que exercem os intelectuais orgânicos numa sociedade. É impossível uma sociedade sem intelectuais. Eles são os que “teorizam” as práticas. Se formos deixar que as



As pessoas fazem as coisas dispersas, cada uma a seu bel prazer, nunca se conseguirá uma transformação. Toda mudança requer um planejamento. E o planejamento, essa dimensão especificamente humana, pois somente o ser humano é capaz de fazer projeto, como dizia já Marx, essa é uma tarefa dos intelectuais. Evidentemente, esses planos têm de ser continuamente testados pela prática. E cabe ainda a esses intelectuais corrigir essas práticas, reorientá-las.

Do mesmo modo, não se pode compreender uma tarefa apenas de teorização, planejamento. É necessário o teste da prática. Essas duas atividades se complementam.

O verdadeiro intelectual da comunicação é o que emprega seu saber à organização dos grupos populares. Como fez a jornalista do filme, ela pode dar à iniciativa da rádio comunitária uma dimensão nova, explorando as condições e fazendo alianças com pessoas que poderiam se articular para que a iniciativa fosse à frente.

Evidentemente, esse compromisso do intelectual depende de algo que não se consegue pela razão, que é o compromisso solidário. Entram aqui os valores. O que fica sendo sempre verdade é que ninguém pode permanecer neutro. Como bem diz Paulo Freire, a neutralidade é impossível: ou nos tornamos intelectuais orgânicos do sistema que está aí, ou nos solidarizamos com os que pensam uma alternativa.

## REFERÊNCIAS

BIZ, Osvaldo. PEDROSO, Elizabeth. **Participação Econômica; Limites e Avanços**. 8ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 1999, p. 18.

CARTA, Mino. **“Mino, Jornalista de Opinião. Entrevista”**. Revista do Curso de Gestão de Processos Comunicacionais. Comunicação & Educação. São Paulo, ano VIII, jan/abr 2002, nº 23, p.88-112.

CHOMSKY, Noam. **A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta**. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.



DEMO, Pedro. **Dialética e Qualidade Política**. In: HAGUETE, Teresa Maria Frota (org.) *Dialética Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 37.

GAURESCHI, P. e Biz, O. **Mídia, Educação e Cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Milton. **Os Deficientes Cívicos. Mundo do pragmatismo triunfante pode destruir o equilíbrio educacional entre a formação para uma vida plena e a formação para o trabalho**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais, 24/1/1999.